



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

ATA

(Évora, 12 de outubro de 2017)

Realizou-se na cidade de Évora, no dia 12 de outubro de 2017, uma Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Estiveram presentes na Reunião o Diretor Interino da Direção Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Angola, Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga, o Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil, Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva, o Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa da República de Cabo Verde, Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da República da Guiné-Bissau, Brigadeiro-General Malan Camara, o Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República de Moçambique, Brigadeiro Cristóvão Artur Chume, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa, Dr. Nuno Pinheiro Torres, o Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, e o Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Martinho Maia Gonçalves.

Pela República da Guiné Equatorial esteve presente a Dra. Regina Martins, da respetiva Missão Permanente junto da CPLP.

Participaram, como convidados, o representante do Secretariado Executivo da CPLP, Dr. Mário Mendão, e o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Tenente-General Luís Diogo de Carvalho.

O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) foi assegurado pelo Dr. João Pedro Saldanha Serra, pela Dra. Maria Letícia Bairrada e pelo Capitão-de-Fragata Luís Costa Cabral



A Dra. Regina Martins, da Missão Permanente da República da Guiné Equatorial junto da CPLP, transmitiu, a pedido do Embaixador Tito Mba Ada, a impossibilidade deste estar presente nesta reunião, o que muito lamenta, por se encontrar envolvido nas celebrações do Dia Nacional da República da Guiné Equatorial. Esta razão impossibilitou igualmente a presença de delegação oficial do MDN. Mais referiu a solicitação do Senhor Embaixador para que o Dr. Nuno Pinheiro Torres apresentasse, no Ponto 2. da Agenda de Trabalhos, o Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP 2017-2018, proposto pela República da Guiné Equatorial.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres saudou todos os presentes, congratulando-se pelo alto nível com que cada EM se fez representar. Referiu-se ao 3º ano consecutivo da realização desta reunião extraordinária de DPDN e à possibilidade de, nesta sede, efetuar o balanço das decisões tomadas nas reuniões dos MDN em Díli e Malabo, permitindo igualmente pensar no futuro da Componente de Defesa. Apresentou cumprimentos aos DPDN presentes e, em nome de Portugal e dos restantes EM da CPLP, felicitou a República da Guiné Equatorial pela celebração do seu Dia Nacional, referindo e agradecendo também a carta recebida do Embaixador Tito Mba Ada.

O Dr. Nuno Pinheiro Torres submeteu para apreciação a Agenda de Trabalhos, tendo sido solicitada a introdução de vários assuntos no Ponto 7. Diversos. A agenda foi aprovada por consenso.

Ponto 1. Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP

Este tema foi lançado com uma breve apresentação pelo Dr. Mário Mendão relativa à Nova Visão Estratégica da CPLP. De forma geral foi referida a intenção de estruturar a informação sobre as atividades da Comunidade, maior articulação entre setores da CPLP, em especial nas áreas transversais e a necessidade de uma maior visibilidade junto da sociedade civil e dos cidadãos. No seguimento desta intervenção, foi acordada a circulação, através do SPAD, da Resolução sobre a operacionalização da Nova Visão Estratégica pelos Estados Membros (EM). Será dada especial atenção à Matriz de identificação, seguimento e avaliação da operacionalização na Nova Visão Estratégica da CPLP, no sentido de a mesma ser preenchida pela Componente de Defesa.

Do debate bastante participado sobre este ponto de Agenda, iniciado o ano passado neste fórum, e no qual todos os DPDN se envolveram de forma profunda e empenhada,



tendo por base o documento “Reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP” elaborado pelo SPAD, resultou um conjunto muito diversificado e variado de ideias e propostas para dinamizar esta Componente, que serão agora integradas num documento de trabalho a elaborar pelo SPAD e que circulará pelos EM para aprofundamento e comentários.

Ponto 2. Plano de Ação 2017-2018 para a Componente de Defesa da CPLP - República da Guiné-Equatorial

Tal como solicitado pela República da Guiné Equatorial, o Dr. Nuno Pinheiro Torres apresentou e colocou à apreciação dos presentes a proposta de Plano de Ação 2017-2018 daquele EM.

Face à reconhecida importância das reuniões extraordinárias de DPDN que, ao contrário das reuniões que precedem as Ministeriais de Defesa, direcionadas à preparação destas, permitem melhor refletir sobre questões da Componente de Defesa, a delegação do Brasil sugeriu a hipótese de as converter em reuniões ordinárias, por forma a dar previsibilidade e garantir a devida alocação de recursos.

Esta ideia foi consensualmente acolhida, ficando o SPAD com a incumbência de preparar um documento de fundamentação desta proposta, com eventual alteração do Regimento das reuniões de DPDN.

Apelou-se igualmente aos EM que ainda não concluíram os procedimentos de ratificação do Protocolo da CPLP no domínio da Defesa, que o possam fazer e notificar o Secretariado Executivo da CPLP.

O Plano de Ação da República da Guiné Equatorial foi aprovado por consenso com pequenas propostas de ajustamentos que constam do documento em Anexo (Anexo C).

Ponto 3. Colégio de Defesa da CPLP - 1ª edição 2018

Na sequência do que foi decidido na reunião de MDN em Malabo no corrente ano, o Brasil informou o SPAD, para divulgação pelos EM, da intenção de acolher a 1ª edição do Colégio de Defesa da CPLP, já em 2018.



A delegação do Brasil procedeu à apresentação detalhada do curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (Anexo D), informando da existência de 10 vagas para os EM da CPLP e solicitando a indicação urgente de candidatos para efeitos de matrícula.

A delegação de Angola indicou desde já o interesse na cativação de pelo menos uma vaga, o mesmo sucedendo com a delegação de Cabo Verde, que solicitou que a não indicação de candidatos por um EM fosse rapidamente comunicada, para utilização dessa vaga pelos demais.

A delegação de Moçambique e a delegação de Portugal, como co-autoras da proposta inicial, manifestaram grande interesse em nomear candidatos e indicaram que o iriam fazer a breve trecho.

As delegações da Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste declararam igualmente o interesse na participação no Curso, informando ir desenvolver todas as diligências internas necessárias à sua concretização.

Os DPDN acordaram por consenso fixar o final do mês de outubro como data limite para a reserva de vagas e o dia 10 de novembro para comunicação do nome dos candidatos.

Ponto 4. Resposta da CPLP a catástrofes - atividades e divulgação

Na sequência da aprovação pelos MDN, em maio de 2017, em Malabo, do documento relativo aos Princípios gerais e orientações de base para, no quadro da CPLP, conduzirem à criação de um eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofes, dever-se-á dar início à operacionalização do mecanismo, nomeadamente ao elenco das capacidades a disponibilizar em caso de necessidade.

Nesse sentido, a delegação do Brasil informou estar em circulação interna naquele EM um documento de operacionalização que integra o delineamento estratégico, o modelo da requisição de apoio, o fluxograma de solicitação de ajuda, o fluxograma de recebimento de ajuda e um mapa de capacidades para cada tipo de catástrofe a preencher por cada EM. Mais informou que uma vez consolidado internamente, este documento circulará para recolha de contributos dos EM.

O Inventário de Capacidades Militares em Desastres Naturais e Antrópicos para Uso em Cooperação no Âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) consta em anexo à presente Ata (Anexo F).



Os DPDN acordaram por consenso que este documento deverá estar pronto para apreciação na reunião de CEMGFA e posterior aprovação pelos MDN, em 2018.

Ponto 5. O CAE e a ação dos Núcleos Nacionais - atividades e divulgação

O Diretor do CAE, Tenente-General Luís Diogo de Carvalho apresentou uma breve síntese do XIV Seminário Político Internacional do CAE, agradecendo o envolvimento do MDN e do Núcleo Nacional de Portugal do CAE.

Apelou aos DPDN que desenvolvam esforços no sentido de garantir que os EM que ainda não facultaram os temas de reflexão, o possam fazer rapidamente.

Enfatizou o papel fundamental e decisivo dos Núcleos Nacionais (NN) para a missão do CAE, saudando o recente início de atividade do NN da Guiné-Bissau e a reativação do NN de Moçambique.

Fez ainda alusão ao desafio, que afirmou aceitar cumprir com o apoio dos NN, lançado na reunião de CEMGFA em 2017, no sentido de o CAE apresentar uma *“análise político-militar global, permitindo assim uma melhor compreensão das preocupações dos EM”*, bem como a referência à possibilidade do Centro *“contribuir para a análise das ameaças e riscos comuns, no sentido de identificar problemas e aconselhando respostas igualmente comuns”*.

Os DPDN concordaram com a possibilidade do CAE elaborar um documento de apoio, nomeadamente às intervenções dos MDN, que reflita o ambiente securitário global e regional, os riscos e ameaças comuns e que suscite linhas de abordagem político-estratégicas.

O Diretor do CAE solicitou ainda a regularização das quotas pelos EM em falta, bem como que outros EM se candidatem à realização dos Seminários internacionais político-estratégicos.

Por último, congratulou Portugal pelo papel que tem tido na formação de quadros, essencial ao sucesso do CAE.

Os DPDN suscitaram a possibilidade de fazer coincidir as reuniões de MDN com o encerramento dos Seminários internacionais do CAE, como forma de dignificar e reforçar a visibilidade destas iniciativas, e reiteraram a importância do CAE e dos NN para a Componente de Defesa da CPLP, propondo-se desenvolver esforços nesse sentido nos respetivos EM.



Os DPDN enalteceram, ainda, o trabalho desenvolvido pelo Diretor do CAE, refletido na coorganização do XIV Seminário Internacional Político-Estratégico em Lisboa.

Ponto 6. Local da próxima reunião de MDN/ DPDN

Foi efetuado breve ponto de situação sobre este tema, tendo a delegação de Angola reafirmado a impossibilidade da realização em Angola. Todavia, voltaria a consultar o novo Ministro da Defesa e transmitiria a posição oficial.

Ponto 7. Diversos

A delegação de Cabo Verde informou dos desenvolvimentos ocorridos com a instalação do Centro Multinacional de Coordenação Marítima da Zona G, designadamente o estabelecimento de um roteiro, a identificação de um edifício e a realização de contactos para a instalação de equipamentos por parte da cooperação alemã, no sentido de, até final de 2017, o Centro começar a operar e, no 1º trimestre de 2018, estar em pleno funcionamento, com integração dos elementos dos outros Estados participantes.

Mais referiu que a partir de dezembro Marrocos passará a integrar a CEDEAO e irá adotar o franco CFA, e que a Mauritânia irá obter o estatuto de Observador daquela Comunidade.

A delegação de Angola informou ter passado a presidência da Comissão dos Grandes Lagos, para a República do Congo, manifestando ainda preocupação com a não realização de eleições em 2017 na República Democrática do Congo e consequentes impactos para a segurança de Angola. Informou ainda ter o seu país assumido a presidência do órgão de Defesa e Segurança da SADC e estar a trabalhar na estabilização do Lesoto, na sequência do assassinato do Comandante das Forças daquele país.

A delegação de São Tomé e Príncipe deu nota da realização no país, de 11 a 14 de setembro, de uma reunião de CEEAC destinada a avaliar o catálogo de Forças da FOMAC e atualizá-la no horizonte 2030. Mais informou que os Comandantes das Marinhas da CEEAC se reuniram no sentido de reavaliar o funcionamento das Zonas D e A de segurança marítima do Golfo da Guiné.

A delegação de Timor-Leste informou que o seu país tem um novo governo da FRETILIN, com maioria simples, chefiado por Mari Alkatiri e tendo como Ministro da Defesa e Segurança José Agostinho Sequeira.



A delegação de Portugal informou que irá propor no próximo SPAD a elaboração de um Plano de Implementação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

O Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva anunciou ser esta a última reunião da Componente de Defesa da CPLP em que participa, por ir passar à reserva, manifestando o enorme gosto e apreço que teve em trabalhar com todos os representantes dos EM, com os quais muito aprendeu.

A delegação de Portugal, correspondendo ao sentimento comum de todos os DPDN, elogiou a forma competente, atenta e franca com que o Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva sempre trabalhou nesta Componente, destacando o impulso conferido a vários documentos e iniciativas de relevo.

A delegação de São Tomé e Príncipe solicitou a inscrição em Ata de menção honrosa ao Sargento-Mor Vítor Alves, da DGPDN de Portugal, pela forma empenhada e dedicada com que sempre apoiou os delegados da Componente de Defesa.

Terminados os pontos da agenda, e depois de congratular os presentes pelo bom andamento dos trabalhos e pelos resultados obtidos, o Dr. Nuno Pinheiro Torres deu por finda a Reunião Extraordinária dos Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP, da qual se lavrou a presente ata.

Évora, 12 de outubro de 2017

O Diretor Interino da Direção Nacional de Política de Defesa Nacional da República de
Angola

BARBOSA A. EPALANGA

Brigadeiro Barbosa Antunes Epalanga



O Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa da República Federativa do

Brasil

Tenente-Brigadeiro do Ar Alvani Adão da Silva

O Diretor Nacional de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da
República de Cabo Verde

Tenente-Coronel Paulo Jorge Brito Lopes

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional da
República da Guiné-Bissau

Brigadeiro-General Malan Camara

Missão Permanente da República da Guiné Equatorial junto da CPLP

Dra. Regina Martins

O Diretor Nacional de Política de Defesa do Ministério da Defesa Nacional da República
de Moçambique

Brigadeiro Cristóvão Artur Chume



O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional da
República Portuguesa

Nuno Pinheiro Torres

O Diretor de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Coronel Alfredo Marçal Lima

O Diretor Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional do Ministério da
Defesa da República Democrática de Timor-Leste

Dr. Martinho Maia Gonçalves